

Curso do Código do Procedimento Administrativo — 1993;
 Curso de Fiscalidade e Mercado Único — 1994;
 Curso de Feitura das Leis — 1997;
 Curso de Defesa Nacional — 2005;
 Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP) — 2006;
 Pós-Graduação em Gestão e Finanças do Sector Público — 2007;
 Novo Regime da Contratação Pública — 2008;
 Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública (SIADAP) — 2008;
 Pós-Graduação em Contratação Pública — 2014.

Experiência Profissional:

Estágio e exercício de advocacia, durante o período de 1983 a 1986;
 Assessora da carreira técnica superior, desde 2007;
 Adjunta do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, de 1 de novembro de 1986 a 22 de março de 1992;
 Adjunta Principal do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, de 23 de março de 1992 a 6 de novembro de 1997;
 Exercício de funções dirigentes no Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares, de novembro de 1997 a março de 2003;
 Adjunta do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, no período de março de 2003 a março de 2007;
 Adjunta do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, desde 28 de março de 2007.

209463241

Despacho n.º 4475/2016

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 30/2008, de 10 de julho, atento o disposto no n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, conjugado com a alínea c) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro e nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º deste mesmo decreto-lei, designo para exercer as funções de Secretária Pessoal no meu Gabinete, a senhora Maria de Lurdes Vieira Leal, do Quadro deste Gabinete.

2 — O estatuto remuneratório é o previsto no n.º 4 alínea b) e n.º 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da Secretária Pessoal designada é publicada em Anexo ao presente despacho, que produz efeitos a 14 de março de 2016.

4 — Publique-se no *Diário da República*.

17 de março de 2016. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *Pedro Manuel dos Reis Alves Catarino*.

ANEXO

Nota Curricular

Dados Biográficos:

Maria de Lurdes Vieira Leal
 Nasceu em 24 de setembro de 1956,

Habilitações Académicas:

Curso Complementar dos Liceus.

Experiência Profissional:

Escriturária-Datilógrafa na Secretaria Regional da Administração Pública — 11 de agosto de 1977;

Escriturária-Datilógrafa no Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores — 01 de março de 1978;

Operadora de Telecomunicações no Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores — 05 de novembro de 1979;

3.º Oficial na Secretaria Regional da Administração Pública — 17 de agosto de 1981, requisitada para exercer as funções de Secretária Pessoal do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores na mesma data;

3.º Oficial no Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores — 20 de julho de 1984, continuando no entanto a exercer as funções de Secretária Pessoal do Ministro da República;

2.º Oficial no Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores — 15 de abril de 1985 — continuando a exercer as funções de Secretária Pessoal;

1.º Oficial no Gabinete do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores — 07 de março de 1990 continuando a exercer as funções de Secretária Pessoal;

Secretária Pessoal do Governador de Macau 19 de abril de 1991 a 19 de dezembro de 1999;

Assistente Administrativo Principal — Gabinete do Ministro da República para os Açores — 19 de dezembro de 1999 a 01 de junho de 2001;

Nomeada Secretária Pessoal do Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores — 01 de junho de 2001;

Assistente Administrativa Especialista — 06 de março de 2002, continuando a exercer as funções de Secretária Pessoal;

Chefe de Secção — 10 de março de 2006, continuando a exercer as funções de Secretária Pessoal;

Secretária Pessoal do Representante da República até 13 de março de 2016.

209463144



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 4476/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções de Secretária Pessoal do meu Gabinete Maria Elizabeth da Rocha Melo, assistente técnica da Direção-Geral de Política de Defesa Nacional.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 22 de fevereiro de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Dados Biográficos

Maria Elizabeth da Rocha Melo, nascida a 30 de março de 1953, na Beira, Moçambique.

Situação profissional

Assistente Técnica da Direção-Geral de Política e Defesa Nacional, tendo exercido funções de secretária do Diretor-Geral desde 2011.

Percurso Profissional

Na DGPDN, para além do apoio ao Diretor-Geral, participa na organização de eventos, viagens, congressos, seminários, reuniões, arquivo,

encaminhamento dos processos aos diversos setores, gestão da agenda, receção e relações públicas.

Anteriormente, ocupou o cargo de secretária do Conselho de Administração do INPI — Instituto Nacional de Propriedade Industrial que, mais tarde, em mobilidade, foi colocada na DGPDP e um ano depois integrada naquela entidade.

Desde 1996 ocupou cargos de secretária de vários Gabinetes de membros do Governo.

Habilitada com o curso geral do comércio, realizado em Moçambique, curso de secretariado, curso «english for secretaries» Londres, curso de formação relações públicas, curso de formação contínua — protocolo oficial e organização de programas especiais, curso de formação contínua — gestão do tempo e organização do trabalho, curso de formação contínua — cidadania organizacional, produtividade e satisfação no trabalho.

209466709

Despacho n.º 4477/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo como Assessora do meu gabinete a mestre Ana Catarina Braz dos Santos.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 29 de fevereiro de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Ana Catarina Braz dos Santos é jornalista há cerca de 20 anos, tendo-se destacado pelo desempenho da profissão na editoria de política da Rádio TSF. A frequentar o Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais na Universidade Nova de Lisboa, é Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela mesma Universidade, com média final de 18 valores por unanimidade, pós-graduada em Direito da Comunicação pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Pós-Graduada em Jornalismo Jurídico pela Universidade Católica Portuguesa, tem o curso avançado em Direito Penal Económico e Europeu pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e é licenciada em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

Frequentou diversas Universidades internacionais como a Complutense de Madrid ou a American University. Tem vários cursos de formação avançada em política externa e diplomacia, jornalismo político e comunicação política, sistema financeiro e supervisão bancária, direito penal económico e europeu, direitos fundamentais, etc. Frequentou ainda nos Estados Unidos a convite do Departamento de Estado norte-americano um Programa de liderança e cooperação transatlântica para Líderes Europeus. Foi bolsista em estudos de jornalismo, também nos EUA, onde frequentou o Committee of Concerned Journalists em Washington D. C. E desde 2011 leciona em diversas instituições de ensino superior e ensino politécnico.

Enquanto jornalista recebeu vários prémios de jornalismo nacionais e internacionais, bem como menções honrosas e menções de reconhecimento de mérito jornalístico. Tem três livros publicados, entre os quais «O Papel Político do Tribunal Constitucional». Desempenhou funções de jornalista designadamente no acompanhamento da atividade executiva de vários Governos e Presidentes da República e foi enviada especial a diversos palcos de acontecimentos mundiais de relevo e também conflitos internacionais. Nos últimos nove meses esteve a coordenar um gabinete de comunicação política e imprensa para as eleições presidenciais.

209466555

Despacho n.º 4478/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo

como Adjunto do meu gabinete o licenciado Jorge Eduardo Ferreira Silva Aranda, Conselheiro de Embaixada do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 19 de fevereiro de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Jorge Eduardo Ferreira Silva Aranda — nasceu em 29 de agosto de 1974, em Luanda, Angola; licenciado em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 5 de junho de 1997; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 19 de fevereiro de 1998; terceiro-secretário de embaixada, em 12 de maio de 1999; em comissão de serviço na Embaixada em Copenhaga, em 11 de julho de 2002; na Secretaria de Estado, em 16 de janeiro de 2003; segundo-secretário de embaixada em 20 de fevereiro de 2003; na Embaixada em Berlim, em 10 de março de 2003; primeiro-secretário de embaixada, em 20 de fevereiro de 2006; adjunto do Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, em 19 de fevereiro de 2008; assessor diplomático do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, em 31 de outubro de 2009; na Secretaria de Estado, em 21 de junho de 2011; em comissão de serviço na Embaixada em Varsóvia, em 30 de junho de 2011; em missão extraordinária de serviço diplomático, como encarregado de negócios a. i. na Embaixada em Helsínquia, em 28 de dezembro de 2011; na Delegação de Portugal junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (DELNATO), em 12 de maio de 2012; conselheiro de embaixada, em 10 de agosto de 2015.

209466644

Despacho n.º 4479/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, designo como Assessor do meu gabinete o licenciado Bernardo Fernandes Homem de Lucena, Ministro Plenipotenciário de 1.ª classe do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para efeitos do disposto na alínea a) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

3 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, o presente despacho produz efeitos a 27 de fevereiro de 2016.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei aplicável *ex vi* do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2012, de 20 de janeiro, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

3 de março de 2016. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

Nota curricular

Bernardo Fernandes Homem de Lucena — Nasceu em 22 de agosto de 1960, em Lisboa, casado; licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 11 de setembro de 1986; Adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 30 de junho de 1987; Secretário de embaixada, em 19 de abril de 1990; Adjunto do Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1 de outubro de 1991; na Embaixada em Paris, em 12 de fevereiro de 1993; Cônsul-Geral em Maputo, em 9 de dezembro de 1997; Primeiro-secretário de embaixada, em 2 de março de 1998; na Secretaria de Estado, como Chefe de Divisão na Direção de Serviços da PESC, em 1 de outubro de 2000; Correspondente Europeu Adjunto em outubro de 2000; Correspondente Europeu, em setembro